

PEDRO ROSSETTO, PREFEITO MUNICIPAL DE QUILOMBO.  
FAÇO SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO  
QUE A CAMARA APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO

INTRODUÇÃO

- ART. 1º - ESTE CÓDIGO ESTABELECE NORMAS DE POLÍTICA ADMINISTRATIVA MUNICIPAL E ECONÔMICA, PENAS AOS INFRATORES.
- § 1º - CONSIDERA-SE INFRAÇÃO DE TODA A AÇÃO OU OMISSÃO CONTRÁRIA ÀS LEIS OU REGULAMENTOS MUNICIPAIS.
- § 2º - ENTENDE-SE POR NORMAS DE POLÍTICA ADMINISTRATIVA AS QUE TÊM EM VISTA O COMPORTAMENTO INDIVIDUAL FACE A COLETIVIDADE, TUDO O QUE ENVOLVE O INTERESSE DA POPULAÇÃO RELATIVAMENTE AOS COSTUMES, A TRANQUILIDADE, A HIGIENE MUNICIPAL E A SEGURANÇA PÚBLICA.
- ART. 2º - AS PENAS IMPOSTAS PELO NÃO CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DESTES CÓDIGO SÃO AS SEGUINTE:
- A) - MULTA;
- B) - APREENSÃO;
- C) - EMBARGO;
- ART. 3º - A MULTA CONSISTE NA IMPOSIÇÃO DE PENA PECUNIÁRIA QUE NO CASO COUBER, SEMPRE QUE NÃO TIVER EXPLICITAMENTE CONSIGNADA EM LEI, SERÁ ARBITRADA PELO PREFEITO, DENTRO DOS LIMITES DE R\$ 200,00 A R\$ 10.000,00:
- § 1º - A MULTA DEVERÁ SER PAGA DENTRO DO PRAZO DECORRIDO DO ATO DE SUA APLICAÇÃO ATÉ 48 (QUARENTA E OITO) HORAS, APÓS O ATO DE INFRAÇÃO TER SIDO APROVADO PELO PREFEITO; A MULTA NÃO PAGA NO PRAZO ESTABELECIDO NESTE PARÁGRAFO, SERÁ ENCAMINHADA À COBRANÇA JUDICIAL, DEPOIS DE NOTIFICADO O INFRATOR, ACRESCIDO DAS DESPESAS QUE HOVER.
- § 2º - O INFRATOR PODERÁ PEDIR AO PREFEITO RECONSIDERAÇÃO DA PENALIDADE E DEPOIS DE DEPOSITADO O VALOR DA MULTA NA TESOURARIA DO MUNICÍPIO DENTRO DO PRAZO DE 48 HORAS, CONTADAS DA NOTIFICAÇÃO RESPECTIVA.
- ART. 4º - A APREENSÃO CONSISTE NA TOMADA DOS BENS QUE CONSTITUEM INFRAÇÃO OU COM OS QUAIS ESTA É PRATICADA E, NO QUE COUBER REGENSE-SE A NOS PRINCÍPIO DE OCUPAÇÃO (ART. 592/3 DO CÓDIGO CIVIL).
- § 1º - QUANDO O PROPRIETÁRIO DA COUSA APREENDIDA DELA SE DESINTERESSAR FAR-SE-Á PÚBLICO LEILÃO DO TOTAL APURADO DEDUZIR-SE-Á O VALOR DA MULTA E QUAISQUER OUTRAS DESPESAS, E O SALDO SE HOVER, SERÁ ENTREGUE AO INFRATOR MEDIANTE RECIBO.
- § 2º - SE A APREENSÃO FOR FEITA À BEM DA HIGIENE A COUSA APREENDIDA SERÁ ACOMPANHADA AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE SAÚDE, SEM PREJUÍZO DA PENALIDADE EM QUE INCORREU POR INFRAÇÃO DE DISPOSITIVO DESTES CÓDIGO, NOS DEMAIS CASOS, A COUSA APREENDIDA SÓ SERÁ DEVOLVIDA APÓS O PAGAMENTO DA RESPECTIVA MULTA.
- § 3º - PRESCREVE EM UM ANO O DIREITO DE RECLAMAR O SALDO DE BENS VENDIDOS EM LEILÃO; DEPOIS DESTES PRAZO, FICARÁ ELE EM DEPOSITO PARA SER DISTRIBUÍDO A ESTABELECIMENTOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM ÉPOCA OPORTUNA.
- ART. 5º - O EMBARGO CONSISTE EM IMPEDIR A PRÁTICA DE QUALQUER ATO QUE SEJA PROIBIDO POR LEI OU REGULAMENTOS MUNICIPAIS.



- ART. 6º - A PENA É DE CARÁTER PESSOAL; NÃO OBSTANTE RESPONDERÃO PELOS FALTOS MENORES; OS TUTORES E CURADORES PELOS SEUS PUPILLOS E CURATELADOS.
- ART. 7º - AS PENAS ESTABELECIDAS NESTE CÓDIGO NÃO PREJUDICARÃO A APLICAÇÃO DAS DE OUTRA NATUREZA PELA MESMA INFRAÇÃO, DERIVADAS DE TRANSPOSIÇÕES DE LEIS E REGULAMENTOS FEDERAIS OU ESTADUAIS.
- ART. 8º - SEMPRE QUE ALGUÉM NÃO PRATICAR UM ATO OU FATO A QUE ESTEJA OBRIGADO POR DISPOSITIVO LEGAL NO MUNICÍPIO, A MUNICIPALIDADE O FAZ À CUSTA DE QUEM O OMITIU, DANDO DISSO PREVIO AVISO AO FALTOSO.
- ART. 9º - AO INFRATOR QUE INCORRER, SIMULTANEAMENTE, EM MAIS DE UMA PENALIDADE CONSTANTE DE DIFERENTES DISPOSITIVOS LEGAIS, APLICAR-SE-Á A PENA MAIOR AUMENTADA DE DOIS TERÇOS.
- ART. 10 - A INFRAÇÃO É PROVADA PELO AUTO RESPECTIVO LAVRADO EM FLAGRANTE NÃO FOR FUNCIONÁRIO NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES.
- § 1º - SÃO COMPETENTES PARA LAVRAR AUTO DE INFRAÇÃO OS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE QUALQUER CATEGORIA, OS SERVIDORES A QUEM O PREFEITO LEGAR PODERES PARA TAL, OU AQUELES QUE ESTIVEREM EM SERVIÇOS DE NOBRES.
- § 2º - O AUTO DE INFRAÇÃO SERÁ LAVRADO EM DUAS VIAS, AMBAS ASSINADAS PELO AUTUANTE E PELO AUTUADO, FICANDO A PRIMEIRA VIA, E SEGUNDA COM O AUTUADO; QUANDO O AUTUADO SE NEGAR DE ASSINAR O AUTO DE INFRAÇÃO, O AUTUANTE CONSIGNARÁ ESTE DETALHE E O COMPROVARÁ EM DUAS TESTEMUNHAS.
- § 3º - O AUTO DE INFRAÇÃO DEVERÁ CONTER:
- A) - O NOME DO INFRATOR, OU DENOMINAÇÃO QUE O IDENTIFIQUE, E A SUA RESIDÊNCIA;
  - B) - DESIGNAÇÃO DO LUGAR, DIA E HORA EM QUE SE DEU A INFRAÇÃO;
  - C) - FATO OU ATO QUE CONSTITUIU A INFRAÇÃO;
  - D) - NOME OU RESIDÊNCIA DAS TESTEMUNHAS, QUANDO FOR O CASO.
- ART. 11 - O AUTO DE INFRAÇÃO, QUANDO O INFRATOR NÃO FOR ENCONTRADO A FIM DE SER ENTREGUE A SEGUNDA VIA SERÁ PUBLICADA NA IMPRENSA LOCAL MARCANDO-SE O PRAZO DE SETENTA E DUAS HORAS PARA PAGAMENTO DA MULTA OU PARA DELE DECORRER, SOB PENA DE IMEDIATA COBRANÇA JUDICIAL.
- § ÚNICO - PRESUME-SE VERDADEIRO, ATÉ PROVA EM CONTRÁRIO NO AUTO DE INFRAÇÃO REGULARMENTE LAVRADO.
- ART. 12 - A REINCIDÊNCIA AGRAVA A PENA E A ELEVA AO DÔBRO.
- § ÚNICO - CONSTITUE REINCIDÊNCIA A INFRAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL ANTERIOR VIOLADO PELA MESMA PESSOA.
- ART. 13 - NINGUÉM PODERÁ DEFENDER-SE LEGANDO IGNORÂNCIA DA LEI.
- ART. 14 - PARA OS EFEITOS DESTES CÓDIGOS O MUNICÍPIO DE QUILOMBO ESTÁ DIVIDIDO EM TRES ZONAS A SABER:
- A) - ZONA URBANA;
  - B) - ZONA SUB-URBANA;
  - C) - ZONA RURAL.
- ART. 15 - OS CASOS OMISSOS NESTE CÓDIGO SERÃO RESOLVIDOS SOBERANAMENTE PELA PREFEITURA.
- § ÚNICO - CONSIDERAM-SE DISPOSIÇÕES SUPLETIVAS A ÊSTE CÓDIGO, OS CÓDIGOS DE POSTURAS DE OUTRAS CIDADES BRASILEIRAS.

## CAPÍTULO I

### DA DIVISÃO DA CIDADE

- ART. 1º - PARA EXECUÇÃO DESTES CÓDIGOS, DAS LEIS E REGULAMENTOS MUNICIPAIS, FICA A CIDADE DIVIDIDA EM PERÍMETRO URBANO E PERÍMETRO SUB-URBANO.
- § ÚNICO - O PERÍMETRO URBANO COMPREENDENDO A PARTE MAIS CENTRAL DA CIDADE TERÁ OS SEGUINTE LIMITES:
- A) - AO NORTE LAGEADO QUILOMBO;
  - B) - AO LESTE: RUA LEOBERTO LEAL E RUA NEREU RAMOS;
  - C) - AO SUL: RUA CONDE D'EU;
  - D) - AO OESTE: RUA D. PEDRO I.

## CAPÍTULO II

### DAS VIAS PÚBLICAS

#### SEÇÃO I

#### DISPOSIÇÕES GERAIS



- ART. 2º - AS VIAS PÚBLICAS SÃO CLASSIFICADAS EM RUAS PREFERENCIAIS E SECUNDARIAS E ESTRADAS GERAIS E VICINAIS.
- ART. 3º - NENHUMA VIA DE COMUNICAÇÃO, ABERTA EM PROPRIEDADE PARTICULAR, PODERÁ SER CONSIDERADA OFICIALMENTE ENTREGUE AO TRÁFEGO, SEM QUE SEJA PREVIAMENTE ACEITA PELA PREFEITURA, MEDIANTE ESCRITURA PÚBLICA.
- ART. 4º - AS VIAS PÚBLICAS QUE SE ABRIREM NO MUNICÍPIO TERÃO A LARGURA E AS DISPOSIÇÕES DETERMINADAS PARA CADA CASO, DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DE ISOLAÇÃO E VENTILAÇÃO, ESGOTOS SANITÁRIOS E PLUVIAIS E TRÁFEGO PROVÁVEL.
- ART. 5º - AS RUAS E AS ESTRADAS PODERÃO SER ARBORIZADAS.
- ART. 6º - SÃO PROIBIDAS AS ABERTURAS DE VIAS DE COMUNICAÇÃO E A DIVISÃO DOS LOTES NO MUNICÍPIO, SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DA PREFEITURA.

## SEÇÃO II

### DAS RUAS

- ART. 7º - AS RUAS DA CIDADE DAS VILAS E DOS POVOADOS, SÃO CONSIDERADAS VIAS PÚBLICAS, BENS DE USO COMUM E INALIENÁVEIS, TERÃO A LARGURA QUE PARA CADA CASO FOR EXIGIDA, OBEDECENDO-SE TANTO QUANTO POSSÍVEL, AOS PRECEITOS DE HIGIENE E TRÁFEGO.
- ART. 8º - AS RUAS TERÃO ALINHAMENTOS REGULARES ATENDENDO PLANOS ESTÉTICOS, PECULIARES A CADA CASO.
- ART. 9º - AS RUAS, AS AVENIDAS E AS PRAÇAS TERÃO DENOMINAÇÃO QUE SERÁ REGISTRADA NA PREFEITURA EM LIVRO ESPECIAL, A QUAL SERÃO AVERBADAS AS ALTERAÇÕES OCORRIDAS.
- ART. 10 - AS RUAS TERÃO SEUS NOMES EM PLACAS METÁLICAS DE IGUAL DIMEÇÃO, COM FUNDO AZUL E LETRAS BRANCAS.
- ART. 11 - A DESIGNAÇÃO DAS RUAS, AVENIDAS E PRAÇAS OBEDECERÃO AS SEGUINTE NORMAS:
- A) - NÃO SERÃO DEMASIADAS EXTENSAS, A FIM DE NÃO PREJUDICAR A CLAREZA E PRECISÃO DAS INDICAÇÕES;
  - B) - NÃO SERÃO REPETIDAS;
  - C) - NÃO PODERÃO CONTER NOMES DE PESSOAS VIVAS;
  - D) - DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A TRADIÇÃO, REPRESENTAR NOMES DE Vultos EMINENTES E BENEMÉRITOS, FEITOS E DATAS GLORIOSAS DA HISTÓRIA E NOMES GEOGRÁFICOS.
- ART. 12 - É FACULTADA A INSCRIÇÃO DE FRASES ALUSIVAS A DENOMINAÇÃO DE LOGRADOUROS E RUAS EM PLACAS ESPECIAIS, QUANDO SE QUEIRA REALÇAR A SUA SIGNIFICAÇÃO HISTÓRICA.
- ART. 13 - A NUMERAÇÃO DE CASAS É OBRIGATÓRIA NAS ZONAS URBANAS E SUB-URBANAS BEM COMO NAS VILAS.
- § 1º - NA NUMERAÇÃO DE PREDIOS, CORRESPONDERÁ UMA SENTENA PARA CADA QUADRA, DE MODO QUE AS QUADRAS SITUADAS ENTRE RUAS PARALELAS, CONTINUAS TERÃO A MESMA SENTENA.
- § 2º - A NUMERAÇÃO, QUE SERÁ DE UM LADO PAR E DE OUTRO ÍMPAR COMEÇARÁ DE NORTE A SUL E DE OESTE A LESTE.
- ART. 14 - OS EDIFÍCIOS PÚBLICOS E TEMPLOS, SEMPRE QUE OS RESPECTIVOS PREDIOS OBEDEÇAM A ARQUITETURA ESPECIAL, PODERÃO FICAR ISENTOS DE NUMERAÇÃO.
- ART. 15 - NAS RUAS EM QUE HOUVER IRREGULARIDADES, DE ALINHAMENTO, RESERVA-SE SEMPRE A PREFEITURA O DIREITO DE FAZER AVANÇAR OU RECUAR AS CONSTRUÇÕES, OBSERVADAS AS DISPOSIÇÕES LEGAIS A RESPEITO.
- ART. 16 - AQUELES QUE DESEJAREM ABRIR RUAS NO MUNICÍPIO DEVERÃO EM REQUERIMENTO SOLICITAR AO PREFEITO, APRESENTANDO PROVA COMPLETA DO DOMÍNIO E POSSE DAS TERRAS ATINGIDAS, JUNTANDO PLANTA DO LOCAL E INDICAR COM PRECISÃO OS LIMITES DO TERRENO COM OS RESPECTIVOS CONFRONTANTES E A SUA SITUAÇÃO COM REFERÊNCIA ÀS VIAS PÚBLICAS JÁ EXISTENTES.
- ART. 17 - SERÁ OBRIGATÓRIA, SEMPRE QUE POSSÍVEL, A RESERVA DE ESPAÇO PARA JARDIM PÚBLICO, CUJA ÁREA SERÁ PROPORCIONAL À DO TERRENO À RUAR.
- ART. 18 - A PREFEITURA PODERÁ ESTABELECEER PARA CADA RUA, OUTRECHO DE RUA, UM TIPO ÚNICO DE PASSEIO.
- ART. 19 - OS PASSEIOS DAS RUAS DEVERÃO TER SEMPRE APROVAÇÃO DA PREFEITURA.
- ART. 20 - EM NENHUM CASO SERÁ PERMITIDA A CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS, DE NÍVEL IRREGULAR, NEM POLIDO E EXCLUSIVAMENTE LISO.



- ART. 21 - AS RAMPAS DOS PASSEIOS DESTINADOS A ENTRADA DE VEÍCULOS BEM COMO CHANFREAMENTO E REBAIXA DO CORDÃO, DEPENDEM DE LICENÇA ESPECIAL.
- ART. 22 - SÃO PROIBIDOS DEGRAUS NOS PASSEIOS.

### SEÇÃO III

#### DAS ESTRADAS

- ART. 23 - AS ESTRADAS DE RODAGEM SÃO PÚBLICAS OU PARTICULARES.
- ART. 24 - AS ESTRADAS PÚBLICAS SÃO FEDERAIS, ESTADUAIS OU MUNICIPAIS.
- ART. 25 - SÃO PARTICULARES OS CAMINHOS RESERVADOS PARA SERVENTIS EXCLUSIVAS DE UM OU MAIS MORADORES DE UM PRÉDIO OU SÍTIO.
- ART. 26 - AS ESTRADAS FEDERAIS SÃO AS QUE CONSTAM NO PLANO DE VIAÇÃO GERAL DA REPÚBLICA.
- ART. 27 - AS ESTRADAS ESTADUAIS SÃO AS QUE CONSTAM NO PLANO DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM.
- ART. 28 - AS ESTRADAS MUNICIPAIS SÃO AS QUE CONSTAM NOS CADASTROS DA PREFEITURA, AS QUAIS LIGAM PONTOS LOCAIS, ENTRE SI.
- § ÚNICO - AS ESTRADAS MUNICIPAIS, TERÃO NO MÍNIMO, 18 M. DE LARGURA.
- ART. 29 - DENOMINAM-SE ESTRADAS GERAIS AS QUE COMUNICAM A SEDE DO MUNICÍPIO COM AS DOS DISTRITOS RURAIS E POVOADOS E AS QUE UNEM ESTAS ENTRE SI, BEM COMO AS QUE ATRAVESSAM A AVENIDA DO MUNICÍPIO.
- ART. 30 - SÃO ESTRADAS VICINAIS AQUELAS QUE UNEM ENTRE SI AS ESTRADAS GERAIS OU COM ELAS BIFURCAM.
- § ÚNICO - ESTAS ESTRADAS TERÃO NO MÍNIMO 15 METROS DE LARGURA.
- ART. 31 - SÃO EQUIPARADAS AS ESTRADAS VICINAIS OS CORREDORES DESTINADOS AO TRÂNSITO PARA SERRARIA.
- ART. 32 - A PREFEITURA PROVIDENCIARÁ NAS ESTRADAS DE SUA JURISDIÇÃO, PARA QUE SEJAM ASSIANLADOS OS ACIDENTES E OS OBSTÁCULOS DO TERRENO, BEM COMO PARA A COLOCAÇÃO DE TABULETAS QUE INDIQUE A DENOMINAÇÃO DAS ESTRADAS ITENERARIAS, MARCOS-KILOMETROS E EM GERAL OS PONTOS DIFERENCIAIS ÚTEIS AOS VIAJANTES.
- ART. 33 - NINGUEM PODERÁ ABRIR, FECHAR, DESVIAR OU MODIFICAR ESTRADAS, SEM PREVIA LICENÇA DA PREFEITURA.
- ART. 34 - É PROIBIDA A CONSTRUÇÃO MUROS, CERCAS E TAPUMES DE QUALQUER NATUREZA BEM COMO A ABERTURA DE VALOS AO LONGO DAS ESTRADAS SEM A PREVIA LICENÇA DA MUNICIPALIDADE.
- ART. 35 - OS ESCOADOUROS DE ÁGUAS PLUVIAIS SERÃO FEITOS DE FORMA QUE NÃO PREJUDIQUEM A PARTE CIRCUNVEJADA DA ESTRADA.
- ART. 36 - NENHUMA ESTRADA SERÁ CONSTRUÍDA OU MODIFICADA SEM QUE SE FAÇA, NECESSARIAMENTE, OS ESTUDOS PREVIOS, PROJETOS E ORÇAMENTOS PELO ÓRGÃO MUNICIPAL COMPETENTE.
- ART. 37 - TODAS AS ESTRADAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO TERÃO CONSERVAÇÃO PERMANENTE.
- ART. 38 - DURANTE OS REPAROS, CONCERTOS OU REPARO, EXECUTADOS NAS ESTRADAS QUE DIFICULTEM O TRÂNSITO, A PREFEITURA FA A COLOCAR OS NECESSÁRIOS SINAIS.
- ART. 39 - NO ALINHAMENTO DAS ESTRADAS PÚBLICAS NÃO SE PERMITIRÁ:
- CONSTRUÇÃO DE QUALQUER NATUREZA A MENOS DE CINCO METROS, COM EXCEÇÃO DE, CABINES PARA, TELEFONES, INSTALAÇÕES PARA VENDA DE GAZOLINA, ÓLEOS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS;
  - ARBORIZAÇÃO ESPESSA.
- ART. 40 - É PROIBIDO, NAS ESTRADAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO O TRÂNSITO DE QUALQUER VEÍCULO OU EMPREGO DE QUALQUER MEIO DE TRANSPORTE OU DE UTENSÍLIO ADOTADO, QUE, PELA SUA NATUREZA POSSA CAUSAR DANO NO LEITO DAS ESTRADAS OU DIFICULTAR SEU TRÂNSITO NORMAL.
- ART. 41 - ARBORIZAÇÃO DAS ESTRADAS DEVERÁ OBEDECER AS NORMAS ADOTADAS PELO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM.
- ART. 42 - É PROIBIDO O TRÂNSITO DE TROPAS DE ANIMAIS EM ESTRADAS MUNICIPAIS QUE BIFURQUEM COM RUAS DA CIDADE.
- ART. 43 - NÃO SERÁ PERMITIDA QUALQUER CONSTRUÇÃO POR PARTICULARES NA ÁREA RESERVADA À ESTRADA, NEM A PERMANÊNCIA DE ANIMAIS ABANDONADOS, (SOLTO)

### CAPÍTULO III

#### DAS PRÇAS



- ART. 44 - PRAÇAS SÃO TERRENOS DE USO COMUM COMPREENDENDO JARDIM, PARQUES E LARGOS, INSTITUTOS PARA RECREIO PÚBLICO.
- ART. 45 - SOB PENA DE MULTA DE R\$ 500,00 A R\$ 5.000,00 E A OBRIGAÇÃO DE RESSARCIR O DANO CAUSADO É PROIBIDO NAS PRAÇAS:
- ENTRAR OU SAIR, POR OUTROS LUGARES QUE NÃO SEJAM OS INDICADOS PARA ESSE FIM;
  - ANDAR SOBRE OS CANTEIROS OU RETIRAR FLÔRES OU ORNAMENTOS;
  - TIRAR OU ARANCAR GALHOS DE PLANTAS NELAS EXISTENTES;
  - DANIFICAR BANCOS OU REMOVER-LOS DE UM LUGAR PARA OUTRO OU NELES ESCREVER OU GRAVAR NOMES OU SIMBOLOS;
  - CORTAR, ABALAR, OU QUALQUER MODO DANIFICAR MURIS, GRADES OU OBRAS DE ARTE;
  - MATAR, FERIR OU DESVIAR ANIMAIS NELAS EXISTENTES;
  - ARMAR BARRACAS E OUTROS, FAZER PONTO DE VENDA OU RECLAMAÇÃO, COLOCAR ADERES DE ENGRAXATE OU APARELHOS FOTOGRÁFICOS SEM PREVIÁ LICENÇA DA PREFEITURA;
  - ESTRAGAR OU DANIFICAR OS CAMINHOS;
  - COLOCAR CARTAZES OU SIMBOLOS.
- ART. 46 - AS PRAÇAS DE ESPORTE DA MUNICIPALIDADE TERÃO SUA FREQUÊNCIA E FUNCIONAMENTO, REGIDAS MEDIANTE REGULAMENTO OFICIAL.
- ART. 47 - APLICAM-SE, NO QUE COUBER, AS PRAÇAS EM GERAL, AS DISPOSIÇÕES CONCERNENTES AS RUAS.

#### CAPÍTULO IV

##### DOS JOGOS E DIVERSÕES PÚBLICAS

- ART. 48 - OS CINEMAS, ESPETÁCULOS, BAILES E FESTAS DE CARÁTER PÚBLICO "DANCING" E "BOITES", JOGOS PERMITIDOS DE QUALQUER ESPÉCIE DEPENDEM PARA SUA REALIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO, DE ALVARÁ DE LICENÇA DA MUNICIPALIDADE.
- § ÚNICO - EXCEPTUAM-SE DAS DISPOSIÇÕES DESTA LEI ÀS REUNIÕES DE CARÁTER SOCIAL, RELIGIOSO E BENEFICENTE, SEMPRE QUE COMPROVADOS.
- ART. 49 - AS ARQUIBANCADAS ARMADAS PARA QUALQUER ESPÉCIE DE REUNIÃO PÚBLICA DEVERÃO OFERECER A MÁXIMA SEGURANÇA E SÓ PODERÃO SER FRANQUEADAS AO PÚBLICO APÓS O EXAME DA MUNICIPALIDADE.
- ART. 50 - O FUNCIONAMENTO DE CIRCO SÓ PODERÁ SER FEITO COM AUTORIZAÇÃO EXPRESSA E COM PREVIÁ VISITAÇÃO DAS INSTALAÇÕES, PELA MUNICIPALIDADE.
- ART. 51 - PARA SER ADMITIDA FUNÇÃO DO CIRCO É NECESSÁRIO QUE HAJA E SEJA MANTIDA A MAIS COMPLETA HIGIENE LOCAL.
- ART. 52 - NAS IMEDIAÇÕES DOS HOSPITAIS, SANATORIOS, ETC..., ESCOLAS E GINÁSIOS NÃO SERÁ ADMITIDA A ARMAÇÃO DE CIRCO E DE PARQUES DE DIVERSÃO A REALIZAÇÃO DE ESPETÁCULOS RUÍDOSOS, RETRETOS, NEM USO DE FOGUETES, TIROS E QUALQUER FESTEJOS SEMELHANTES.
- ART. 53 - SEM PREVIÁ LICENÇA DA MUNICIPALIDADE FORA DOS PONTOS E POR ELA DETERMINADOS OU DESIGNADOS, NÃO É PERMITIDA NAS ZONAS DA CIDADE E VILAS, INCLUSIVE PRAÇAS, ARMAÇÕES DE PALANQUE, TOMBOLAS, BARRACAS E OUTRAS DE ESPETÁCULOS DE DIVERSIMENTOS PÚBLICOS.
- ART. 54 - É PROIBIDO SOLTAR BALÕES COM MECHAS ACESAS. ALÉM DA MULTA FICARÁ O INFRATOR, SUJEITO A RESSARCIMENTO DOS DANOS QUE CAUSAR, SEM PREJUIZO DE OUTRAS PENALIDADES À QUE ESTIVER INCURSO.
- ART. 55 - DENTRO DOS LIMITES DA ZONA URBANA NÃO É PERMITIDO SOLTAR PANDORGAS DE QUALQUER NATUREZA E NAS DEMAIS ZONAS SÓ É PERMITIDO EM LOCAIS ONDE NÃO EXISTAM FIOS TELEFÔNICOS OU DE LUZ ELÉTRICA.
- ART. 56 - É PROIBIDO SEM PREVIÁ LICENÇA DAS AUTORIDADES COMPETENTES SOLTAR FOGUETES, BOMBAS E SEMELHANTES.
- ART. 57 - NOS SALÕES DE CINEMAS, TEATRO, CIRCOS, ESPETÁCULOS E DIVERSÕES DE QUALQUER NATUREZA, QUANDO OS INGRESSOS NÃO INDIQUEM LUGAR NUMERADO NÃO É PERMITIDO RESERVAR LUGAR PARA TERCEIROS QUE NÃO SE ENCONTREM EM SALÕES, SENDO CONSIDERADOS VAGOS TODOS OS LUGARES QUE NÃO ESTEJAM OCUPADOS EFETIVAMENTE.
- ART. 58 - OS CINEMAS, TEATROS, ESPETÁCULOS E DIVERSÕES PÚBLICAS, SÃO OBRIGADOS A INICIAR SUA FUNÇÃO OU SESSÃO NA HORA ANUNCIADA COM A TOLERÂNCIA DE CINCO MINUTOS, SALVO MOTIVO DE FORÇA MAIOR COMPROVADA,



NÃO PODERÃO VENDER MAIOR NÚMERO DE INGRESSO QUE A RESPECTIVA  
COTA.

### CAPÍTULO V

#### DOS ANÚNCIOS, ALTO-FALANTES LETREIROS E SIMILARES

- ART. 59 - COLOCAÇÃO DE ANÚNCIOS, LETREIROS, PLACAS, TABULETAS, CARTAZES, VISOS, FAIXAS, ETC..., E A INSTALAÇÃO DE ALTO-FALANTES DEPENDEM SEMPRE DE LICENÇA DA PREFEITURA.
- § 1º - FAZEM EXCESSÃO O DISPOSTO NESTE ARTIGO AS PLACAS QUE CONTENHAM SOMENTE AS INDICAÇÕES DO NOME E PROFISSÃO DE PESSOA.
- 2º - A PROPAGANDA MOTIVADA OU FALADA SERÁ PERMITIDA QUANDO O VOLUME DO SOM NÃO PERTURBAR A ATIVIDADE OU TRANQUILIDADE DOS MORADORES CIRCUNVIZINHOS, SENDO DE QUALQUER MODO PROIBIDA ENTRE 22 E 8 HORAS DO DIA IMEDIATO.
- ART. 60 - OS REQUERIMENTOS DE LICENÇA PARA COLOCAÇÃO DE ANÚNCIOS, LETREIROS, ETC..., DESCRIVERÃO O MOTIVO E FIM DA PUBLICIDADE PRETENDIDA, INDICAÇÃO OU LOCAIS DE SUA APLICAÇÃO OU INSTALAÇÃO, A NATUREZA DO MATERIAL E DISPOSITIVOS DA INSTALAÇÃO DE APARELHOS E EMISSORES DE VOZ E DEMAIS ~~XXXXXXXXXX~~ ESCLARECIMENTOS CONVENIENTES PARA CADA CASO.
- § 1º - QUANDO O ANÚNCIO FOR PERPENDICULAR A FACHADA OU MURO O REQUERIMENTO INDICARÁ TODAS AS DIMENSÕES, INCLUSIVE SALIÊNCIA MÁXIMA DA FACHADA, LARGURA DO RESPECTIVO PASSEIO E DISTÂNCIA MÁXIMA BAIXA DO ANÚNCIO E NÍVEL DO PASSEIO.
- § 2º - QUANDO O APARELHO DO ALTO-FALANTE FOR COLOCADO SOBRE CONSOLOS OU OUTRO DISPOSITIVO PERPENDICULAR ÀS FACHADAS DOS PASSEIOS, OU AINDA QUANDO FOR DISPOSTO AO SERVIÇO PÚBLICO O REQUERENTE DEVERÁ INDICAR TODAS AS DIMENSÕES E DISPOSIÇÕES QUE INTERESSAM AO JULGAMENTO DEO REQUERIDO.
- ART. 61 - OS REQUERIMENTOS SERÃO ACOMPANHADOS DO DESENHO CONTADO EM DUAS VIAS CONTENDO:
- A) - PARTE DA FACHADA EM INTERESSE;
  - B) - CORES A SEREM ADATADAS;
  - C) - COMPOSIÇÃO DOS DIZERES E ALEGORIA, SE HOUVER;
  - D) - DETALHES QUE PERMITAM CLARA APRECIACÃO.
- ART. 62 - OS ANÚNCIOS E LETREIROS DE UM MODO GERAL SO PODERÃO SER LICENCIADOS QUANDO FOREM CORRETAMENTE REDIGIDOS NA LÍNGUA NACIONAL E SEM ERROS DE GRAFIA OU EM IDIOMA ESTRANGEIRO ACOMPANHADO DA EXPRESSÃO CORRESPONDENTE OU ADEQUADA AO IDIOMA VERNÁCULO.
- ART. 63 - É PERMITIDA A COLOCAÇÃO DE PLACAS E TABULETAS COM INSCRIÇÕES:
- A) - EM PAREDE LISA DA(CLG) CALÇADA DESDE QUE INTERROMPAM SUAS LINHAS DECORATIVAS E ORNAMENTAIS, NEM CUBRAM PLACAS DE NUMERAÇÃO PREDIAL OU DE NOMENCLATURAS DE SINAIS DE TRÂNSITO E RUAS;
  - B) - PERPENDICULARMENTE ÀS CALÇADAS EM SEUS ACESSÓRIOS DESDE QUE SEJAM LUMINOSOS, CONTENDO OU NÃO FIGURAS, EMBLEMAS OU ALEGÓRIAS.
- ART. 64 - ANÚNCIO POR MEIO DE INSCRIÇÃO DIRETA SÃO PERMITIDOS:
- A) - SOBRE VITRINES E MOSTRUÁRIOS;
  - B) - NO INTERIOR DE QUALQUER ESTABELECIMENTO COMERCIAL.
- § 1º - A DENOMINAÇÃO DE ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL OU PROFISSIONAL, NOME DA RESPECTIVA FIRMA A NATUREZA DE SUA ATIVIDADE, LOCALIZAÇÃO E INDICAÇÃO TELEFÔNICA, SE HOUVER, PODE SER PINTADOS DIRETAMENTE SOBRE PARTE APROPRIADA DO PRÉDIO GRAVADOS OU COLOCADOS EM RELEVO.
- § 2º - QUALQUER OUTRA INDICAÇÃO DE CARÁTER DE RECLAME OU FIGURA PARA APLICAÇÃO DIRETA NA FACHADA SO PODERÁ SER PERMITIDA A JUÍZO DA MUNICIPALIDADE.
- ART. 65 - OS ANÚNCIOS POR MEIO DE CARTAZES E AVISOS SÃO PERMITIDOS:
- A) - NO INTERIOR DAS VITRINAS E MONSTRUÁRIOS;
  - B) - AFIIXADOS NAS FOLHAS DAS PORTAS;
  - C) - AFIIXADOS EM QUADRO NEGRO OU ESCRITOS NO MESMO, DESDE QUE NÃO IMPEÇAM O TRÂNSITO.



ART. 66 - OS ANÚNCIOS POR MEIO DE PAINÉIS SÃO PERMITIDOS:

- A) - NO INTERIOR DE TERRENOS BALDIOS, DESDE QUE SEJAM EMOLDURADOS E RECUADOS, NO MÁXIMO, UM METRO DO ALINHAMENTO DO LOGRADOURO
- B) - NA PARTE EXTERNA DAS CASAS DE DIVERSÕES PARA ANUNCIAR OS RESPECTIVOS PROGRAMAS;
- C) - EM LOCAIS DETERMINADOS PELA MUNICIPALIDADE.

ART. 67 - PERMITEM-SE LETREIROS, CONSTITUÍDOS DE LETRAS ISOLADAMENTE, MODELADAS, FUNDIDAS OU ESCULPIDAS E APLICADAS NOS PILARES E BALCÕES E SARCADAS E MARQUISES.

ART. 68 - OS LETREIROS LUMINOSOS E SEUS ACESSÓRIOS, PILARES, COLUNAS E MARQUISES DEVERÃO SER CONSERVADOS DEVIDAMENTE E O SEU FUNCIONAMENTO PERFEITO, À NOITE, DURANTE AS HORAS DE TRÂNSITO PÚBLICO.

ART. 69 - A COLOCAÇÃO DE LETREIROS E ANÚNCIOS É VEDADO NOS SEQUENTES CASOS:

- A) - QUANDO PREJUDICAREM DE QUALQUER FORMA, A EFICIÊNCIA DOS Vãos DAS ABERTURAS;
- B) - QUANDO PERTURBAREM A ESTÉTICA DAS FACHADAS OU DEPRECIAREM O PANORAMA;
- C) - QUANDO ESCRITOS DIRETAMENTE NAS FOLHAS DE PORTA E JANELA;
- D) - EM MUROS OU GRADIS DE PARQUES E JARDINS;
- E) - QUANDO EM LINGUAGEM OU ALEGRIAS ESCANDALOSAS OU CONTRÁRIAS À MORAL, OU QUE FAÇAM REFERÊNCIAS DESABONATORIAS, DIRETAMENTE OU VELADAMENTE À PESSOAS, INSTITUIÇÕES OU CRENÇAS;
- F) - QUANDO CONFECCIONADAS COM MATERIAL INADEQUADO.

ART. 71 - OS CONCERTOS OU REPARAÇÕES DE ANÚNCIOS, LETREIROS, TABOLETAS, ETC. SÃO OBRIGATORIOS DESDE QUE NÃO HAJA MODIFICAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO OU DE DIZERES OU DE DESENHOS, NÃO DEPENDE DE LICENÇA DA PREFEITURA.

ART. 72 - OS ANÚNCIOS DE CARÁTER TRANSITÓRIO E ESPECIAL ADEM DE PODEREM SER FEITOS POR MEIO DE DISTRIBUIÇÃO DE FOLHETOS IMPRESSOS, OU COLOCAÇÃO DESTES EM VITRINES, TAPUMES, ANDAIME, EM VEÍCULOS E NO CALÇAMENTO DAS RUAS PODERÃO SER FEITOS POR MEIO DE FACHAS DE PANO, SUSPENSAS EM POSTES DE ÁRVORE, À JUÍZO DA PREFEITURA.

§ ÚNICO - AS FACHAS DE QUE TRATA ESTE ARTIGO ESTÃO SUBORDINADA A UMA LICENÇA DE APENAS TRINTA DIAS.

ART. 73 - A COLOCAÇÃO DE FACHAS NAS VIAS PÚBLICAS OU OUTROS LOGRADOUROS OBRIGA A SUA IMEDIATA RETIRADA ATÉ QUARENTA E OITO HORAS APÓS A CONCLUSÃO DE PRAZO DE LICENÇA OU A REALIZAÇÃO DE ATO NELA DESCRITO.

ART. 74 - ~~ENTR~~ PERÍODO DE CAMPANHA POLÍTICA-ELEITORAL, OS ANÚNCIOS DE LETREIRO PARA MESMO FIM, ENCONTRA FRANQUIA ABSOLUTA, OBSERVADAS AS PRESCRIÇÕES DESTES CAPÍTULOS, SENDO PROIBIDO USO DE PÍCHE E TINTA À ÓLEO.

ART. 75 - PROÍBE-SE A COMPOSIÇÃO DE RECLAMES COM ELEMENTOS QUE POSSAM TRAZER QUALQUER PREJUÍZOS AO PÚBLICO OU À LIMPEZA DA CIDADE.

§ ÚNICO - NO CASO DE INFRAÇÃO DESTES CAPÍTULOS A MUNICIPALIDADE PROMOVERÁ A IMEDIATA REMOÇÃO DOS ANÚNCIOS, SENDO AS DESPESAS DAÍ DECORRENTES COBRADAS AO INFRATOR, ALÉM DA MULTA DE 500,00 A 2.000,00.

ART. 76 - OS ANÚNCIOS DE RECLAME PODERÃO SER COLOCADOS EM POSTES, DEVENDO PORÉM CONTER DISPOSITIVOS ESPECIAIS DE FIXAÇÃO AO MESMOS, COM CONSOLOS, BRACADEIRAS E ETC., À JUÍZO DA MUNICIPALIDADE.

## CAPÍTULO VI

### DAS EDIFICAÇÕES

ART. 77 - NENHUMA CONSTRUÇÃO, RECONSTRUÇÃO OU ALTERAÇÃO DE FACHADA, ACRÉSCIMO OU REFORMA DE IMÓVEIS, MUROS OU CERÇAS, FRONTEIRAS DAS VIAS PÚBLICAS SE FARÁ EM QUALQUER PARTE DO PERÍMETRO URBANO, SEM PRÉVIA LICENÇA DA PREFEITURA.

§ ÚNICO - É IGUALMENTE PROIBIDA A CONSTRUÇÃO DA OBRA DE ARTES, INSTALAÇÃO DE BOMBAS DE GAZOLINA OU SUA ASSIMILAÇÃO E SIMILARES, QUIOQUES, PAVILHÕES, BARACAS E OUTROS DE CARÁTER PROVISÓRIO NAS VIAS, LOGRADOUROS PÚBLICOS, SEM PRÉVIA LICENÇA DA PREFEITURA.

ART. 78 - A PREFEITURA EMBARGARÁ QUALQUER OBRA INICIADA SEM PRÉVIA LICENÇA, E INTIMARÁ OS RESPONSÁVEIS A PREENCHER AS DISPOSIÇÕES SEM O QUE, NÃO PODERÃO PROSSEGUIR OS TRABALHOS.



- ART. 79 - SERÁ CONSIDERADA INFRAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS, E POR ISSO PUNIDA COM MULTAS DE R\$ 2.000,00 A R\$ 5.000,00 QUE COUBER AOS RESPONSÁVEIS QUANDO ESTES:
- A) - EDIFICAR OU CONSTRUIR SEM PLANTA OU PROJETO APROVADO;
  - B) - PROSSEGUIR CONSTRUÇÃO EMBARGADA;
  - C) - MODIFICAR OS PROJETOS DE INSTALAÇÃO SANITÁRIAS DOMICILIARES;
  - D) - FAZER QUALQUER ALTERAÇÃO NAS PLANTAS OU QUALQUER PROJETO APROVADO PELA PREFEITURA;
  - E) - CONSTRUIR ESTAS EM DESACORDO COM OS REFERIDOS PROJETOS;
  - F) - NÃO COLOCAR O EDIFÍCIO OU CONSTRUÇÃO NO ALINHAMENTO DETERMINADO PELA PREFEITURA.
- ART. 80 - O ESTILO ARQUITETÔNICO E DECORATIVO DOS EDIFÍCIOS É LIVRE, DENTRO DOS LIMITES DO DECORO PÚBLICO E DAS REGRAS DE ARTE, A JUÍZO DA PREFEITURA.
- ART. 81 - AS PORTAS E JANELAS DAS FACHADAS DE PAVIMENTO TERREO DOS EDIFÍCIOS QUE SE ACHAM NO ALINHAMENTO DA VIA PÚBLICA DEVERÃO ABRIR PARA O INTERIOR DO PREDIO, SENDO PROIBIDA A CONSTRUÇÃO DOS DEGRAUS SOBRE OS PASSEIOS.
- ART. 82 - É OBRIGATORIO A PINTURA DE CAL OU ÓLEO; EXTERIORMENTE, DE TODOS OS PREDIOS JA CONSTRUÍDOS OU A SEREM CONSTRUÍDOS, NO PERÍMETRO URBANO E SUB-URBANO DA SEDE DO MUNICÍPIO.
- § 1º - OS PROPRIETARIOS DE PREDIOS JA CONSTRUÍDOS TERÃO O PRAZO DE 12 (DOZE) MESES A CONTAR DA DATA DA INTIMAÇÃO PARA PROCEDER AS RESPECTIVAS PINTURAS SOB PENA DE MULTA DE R\$ 2.000,00 A R\$ 5.000,00.
- § 2º - FINDO ESTE PRAZO SERÁ O SERVIÇO EXECUTADO PELA PREFEITURA CORRENDO AS DESPESAS POR CONTA DO INFRATOR.
- ART. 83 - TODAS AS EDIFICAÇÕES NO ALINHAMENTO DAS VIAS PÚBLICAS, ALÉM DA PINTURA EXTERNA, DEVERÃO SER PROVIDAS DE CALHAS COM CANO DE ESCOAMENTO QUE DEVERÃO CONDUZIR AS ÁGUAS PLUVIAIS AOS ESCOADOUROS E NO CASO DE SEREM CONDUZIDAS AS SARGETAS, DEVERÃO PASSAR POR BAIXO DOS PASSEIOS PÚBLICOS E SEREM PROVIDAS DE TELHADOS DE MATERIAIS INCOMBUSTÍVEIS.
- § ÚNICO - TODAS AS EDIFICAÇÕES JA CONSTRUÍDAS EM DESACORDO COM OS REQUISITOS DO ARTIGO 83 TERÃO O PRAZO DE 12 (DOZE) MESES SOB PENA DE MULTA DE R\$ 5.000,00 A R\$ 10.000,00.

## CAPÍTULO VII

### DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA

#### SEÇÃO I

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

- ART. 84 - NENHUMA ENTIDADE COMERCIAL OU INDUSTRIAL DE QUALQUER NATUREZA OU ESPÉCIE PODE SER EXERCIDA DENTRO DO MUNICÍPIO, SEM O RESPECTIVO ALVARÁ DE LICENÇA DA MUNICIPALIDADE.
- § ÚNICO - NA DESIGNAÇÃO DE ATIVIDADES COMERCIAIS ESTÃO COMPREENDIDOS OS ESCRITÓRIOS, CONSULTÓRIOS, OFICINAS, VOTEQUINS, AGÊNCIAS E SEMELHANTES.
- ART. 85 - O ALVARÁ DE LICENÇA SERÁ EXIGIDO MESMO QUE O ESTABELECIMENTO ESTEJA LOCALIZADO NO RECINTO DE OUTRO JA MUNIDO DE ALVARÁ.
- ART. 86 - O ALVARÁ DE LICENÇA SERÁ EXPEDIDO MEDIANTE REQUERIMENTO DIRIGIDO AO SR. PREFEITO.
- § 1º - A PETIÇÃO SERÁ INSTRUIDA COM DOCUMENTO QUE COMPROVE A CONSTITUIÇÃO LEGAL DA FORMA REQUERENTE.
- § 2º - NOS CASOS DE ALTERAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE CONTRATO SOCIAL A SITUAÇÃO SERÁ IGUALMENTE COMPROVADA COM RESPECTIVO DOCUMENTO.
- ART. 87 - TODOS OS DOCUMENTOS APRESENTADOS SERÃO DEVOLVIDOS MEDIANTE RECIBO PASSADO NO PRÓPRIO PROCESSO.
- ART. 88 - NO ALVARÁ DE LICENÇA DEVERÃO CONSTAR OS SEGUINTE ELEMENTOS ESSENCIAIS, ALÉM DE OUTROS QUE FOREM ESTABELECIDOS EM LEIS TRIBUTÁRIAS E FISCAIS:
- A) - NÚMERO DE INSCRIÇÃO;
  - B) - LOCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTO;
  - C) - NOME, RAZÃO SOCIAL OU DENOMINAÇÃO, SOB CUJA RESPONSABILIDADE DEVA FUNCIONAR O ESTABELECIMENTO;
  - D) - RAMO DE ATIVIDADE E CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO.



- ART. 89 - O REQUERENTE NÃO PODE ABSOLUTAMENTE ENTRAR NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE ANTES DE ESTAR DE POSSE DO ALVARÁ DE LICENÇA, SOB PENA DE MULTA PREVISTA NESTE CAPÍTULO, SEM PREJUÍZO DE AÇÃO PENAL, QUE NO CASO, CAIBA.
- ART. 90 - O ALVARÁ DE LICENÇA TERÁ VALIDADE POR UM EXERCÍCIO.
- § UNICO - QUALQUER ALTERAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO DE FIRMA, DE RAMO, DE NEGÓCIO DEPENDE DE NOVA LICENÇA DA MUNICIPALIDADE E DE EXPEDIÇÃO DO NOVO ALVARÁ.
- ART. 91 - CONCEDIDA A LICENÇA O CONTRIBUINTE É OBRIGADO A COLOCAR O ALVARÁ RESPECTIVO, EM LUGAR VISÍVEL AO PÚBLICO.
- ART. 92 - AS LICENÇAS CONCEDIDAS DÃO DIREITO AO FUNCIONAMENTO DAS EMPRESAS COMERCIAIS NOS DIAS ÚTEIS DA SEMANA E DURANTE AS HORAS DETERMINADAS EM LEI, CONSIDERANDO-SE DE COMPLETO REPOUSO OS DOMINGOS E DIAS FERIADOS.
- ART. 93 - NÃO ESTÃO OBRIGADOS A FECHAR AOS DOMINGOS E DIAS FERIADOS, NEM A OBEDECER AO HORÁRIO DE FECHAMENTO OS SEGUINTE ESTABELECIMENTOS: CONFEITARIAS, CHURASCARIAS, SORVETERIAS, CAFES, CASA DE BEBIDA, LEITARIA, BARES, CASAS DE DIVERSÕES, RESTAURANTES, BARAGENS, BOMBAS DE GAZOLINA, MERCADINHOS, HOTEIS.
- § 1º - AOS DOMINGOS E FERIADOS, INDEPENDENTEMENTE DE HORÁRIO ESTABELECIDO SE CONSERVARÁ EM LO MENOS UMA FARMÁCIA ABERTA, DE ACORDO COM A TABELA ORGANIZADA PELOS INTERESSADOS E APROVADA PELA MUNICIPALIDADE.
- § 2º - AS FARMÁCIAS FECHADAS CONSERVARÃO, NO LADO EXTERNO DA PORTA, UM CARTÃO QUE INDIQUE QUAL ESTÁ ABERTA, COM A DESIGNAÇÃO DA RUA E NÚMERO.
- ART. 94 - A PREFEITURA, SEMPRE QUE JULGAR NECESSÁRIO OU CONVENIENTE, PODERÁ REGULAMENTAR O HORÁRIO DE ABERTURA E FECHAMENTO DE ESTABELECIMENTOS REFERIDOS NESTE CÓDIGO.

## SEÇÃO II

### DO COMÉRCIO AMBULANTE

- ART. 95 - A LICENÇA PARA O COMÉRCIO AMBULANTE É DADA POR MEIO DE ALVARÁ QUE SERÁ INDIVIDUAL, INTRANSFERÍVEL E EXCLUSIVAMENTE PARA O FIM A QUE FOI EXTRAÍDO.
- ART. 96 - PARA OS EFEITOS DA CONCESSÃO DE LICENÇA, CONSIDERA-SE COMÉRCIO AMBULANTE TODA E QUALQUER ATIVIDADE LUCRATIVA, EXERCIDA POR CONTA PRÓPRIA OU DE TERCEIROS E QUE NÃO SE OPERE NA FORMA E NOS USOS DE COMÉRCIO LOCALIZADO.
- ART. 97 - O ALVARÁ DEVERÁ SER CONDUZIDO OBRIGATORIAMENTE PELO AMBULANTE, QUE É OBRIGADO A APRESENTÁ-LO AOS AGENTES DO FISCO MUNICIPAL ONDE E QUANDO LHE FOR EXIGIDO SOB PENA DE MULTA.
- ART. 98 - DO ALVARÁ DE LICENÇA DEVERÃO CONSTAR OS SEGUINTE ELEMENTOS ESSENCIAIS, ALÉM DE OUTROS ESTABELECIDOS EM LEIS TRIBUTÁRIAS E FISCAIS:
- A) - NÚMERO DE INSCRIÇÃO;
  - B) - RESIDÊNCIA DO COMERCIANTE E RESPONSÁVEL;
  - C) - NOME, RAZÃO SOCIAL OU DENOMINAÇÃO SOB CUJA RESPONSABILIDADE FUNCIONAM O COMÉRCIO AMBULANTE, SEM COMO SEU ESTABELECIMENTO SE ESTRANGEIRO, DOCUMENTO DE PERMANÊNCIA LEGAL NO PAÍS;
  - D) - RAMO DE ATIVIDADE E CONDIÇÕES DE TAXAÇÃO DO IMPOSTO A QUE ESTEJA SUJEITO O COMÉRCIO AMBULANTE.
- ART. 99 - O ALVARÁ DE LICENÇA SO TERÁ VALIDADE DENTRO DO EXERCÍCIO EM QUE FOI EXTRAÍDO.
- § UNICO - O VENDEDOR AMBULANTE NÃO LICENCIADO E O QUE FOR ENCONTRADO SEM REVALIDAR SUA MATRÍCULA PARA EXERCÍCIO CORRENTE FICARÁ SUJEITO A MULTA E APREENSÃO DOS OBJETOS ENCONTRADOS EM SEU PODER.
- § 2º - DECORRIDOS OS QUINZE DIAS DA APREENSÃO, SE NÃO FOR REGULARIZADA A LICENÇA, SERÃO AS MERCADORIAS, LEVADAS A LEILÃO PÚBLICO PARA PAGAMENTO DE IMPOSTO, MULTA E DEMAIS DESPESAS.
- ART. 100 - PARA QUE O COMÉRCIO AMBULANTE POSSA ESTACIONAR NOS LOGRADOUROS PÚBLICOS É NECESSÁRIA A LICENÇA ESPECIAL QUE CONCEDIDA TERÁ CARÁTER PRECÁRIO, COM PRAZO DETERMINADO.



- § 1º - É PROIBIDA A COLOCAÇÃO DE CADEIRAS, MESAS, BANCOS, CAIXAS OU OUTROS OBJETOS NOS LOGRADOUROS PÚBLICOS PELOS VENDEDORES AMBULANTES DE MODO A IMPEDIR OU DIFICULTAR O LIVRE TRÂNSITO.
- § 2º - É PERMITIDO AO VENDEDOR AMBULANTE QUANDO NÃO TIVER LICENÇA ESPECIAL, ESTACIONAR O TEMPO NECESSÁRIO PARA ESTACIONAR AS VENDAS.
- ART. 101 - OS VENDEDORES AMBULANTES DE FRUTAS E VERDURAS SÃO OBRIGADOS A CONDUZIR RECIPIENTES PARA RECOLHER AS CASCAS E DETRITOS.
- ART. 102 - OS VENDEDORES AMBULANTES NÃO PODERÃO EXERCER SUAS ATIVIDADES NOS DIAS E HORAS EM QUE O COMÉRCIO LOCALIZADO CORRESPONDENTE ESTIVER FECHADO.
- ART. 103 - OS VENDEDORES AMBULANTES, QUE, NO EXERCÍCIO DE SUAS ATIVIDADES, CONDUZIREM CESTOS, BALAIOS OU QUALQUER OUTROS VOLUMES NÃO PODERÃO TRANSITAR NOS PÁSSEIOS.
- ART. 104 - OS VENDEDORES AMBULANTES QUE, POR QUALQUER FORMA SUJAREM AS VIAS PÚBLICAS E OUTROS LOGRADOUROS TERÃO SUA LICENÇA SUSPensa POR TRINTA DIAS, ALÉM DA MULTA A QUE ESTIVEREM SUJEITOS.
- ART. 105 - O PREFEITO PODERÁ REDUZIR O IMPOSTO E TAXA DO ALVARÁ DE MATRÍCULA OU ISENTAR DOS MESMOS OS VENDEDORES AMBULANTES, NOTORIAMENTE POBRES OU INVALIDOS OU INCAPAZES PARA OUTRAS ATIVIDADES, BEM COMO AQUELES DE IGUAIS COMISSÕES QUE TENHAM ENCARGO DE FAMÍLIA E NÃO POSSUÍM OUTRA ATIVIDADE REMUNERADA.
- ART. 106 - APLICA-SE AO COMÉRCIO AMBULANTE NO QUE COUBER, AS DISPOSIÇÕES CONCERNENTES AO COMÉRCIO LOCALIZADO.
- ART. 107 - A INFRAÇÃO DE QUALQUER DISPOSITIVO DESTA SEÇÃO, SERÁ PUNIDA COM A MULTA MÍNIMA DE DUZENTOS CRUZEIROS E A MÁXIMA DE R\$ 5.000,00.

### SEÇÃO III

#### DAS INDÚSTRIAS INSALUBRES

- ART. 108 - DENTRO DA ZONA URBANA DA CIDADE É EXPRESSAMENTE PROIBIDA A INSTALAÇÃO DE CORTUMES, SALGADEIROS DE COURO OU PEIXE, FÁBRICA DE ADUBOS ORGÂNICOS E QUALQUER ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS QUE, PELA NATUREZA DOS PRODUTOS, PELA MATÉRIA PRIMA UTILIZADAS PELOS COMBUSTÍVEIS EMPREGADOS OU POR QUALQUER OUTRO MOTIVO, POSSAM PREJUDICAR A SAÚDE E A SEGURANÇA PÚBLICA, A JUÍZO DA MUNICIPALIDADE.
- ART. 109 - O REQUERIMENTO DE LICENÇA PARA INSTALAÇÃO DE QUALQUER DOS ESTABELECIMENTOS CITADOS NO ARTIGO ANTERIOR DEVERÁ INDICAR PORMENORIZADAMENTE OS FINS A QUE SE DESTINA A NATUREZA DAS MATÉRIAS PRIMAS E COMBUSTÍVEIS A SEREM EMPREGADOS, LOCAL ONDE FICARÁ SITIADO E DISTÂNCIA MÍNIMA DESTES EM RELAÇÃO AS HABITAÇÕES VIZINHAS.
- ART. 110 - A NINGUEM É PERMITIDO, DENTRO DA CIDADE, VILAS E POVOAÇÕES DO MUNICÍPIO, POR COURO A SECAR NAS RUAS OU LOGRADOUROS PÚBLICOS NEM FAZER DEPÓSITO DOS MESMOS, SENÃO NOS PONTOS PREVIAMENTE DESIGNADOS PELA MUNICIPALIDADE.
- ART. 111 - NÃO É PERMITIDO LAVAR E PREPARAR FRESURAS SENÃO NAS IMEDIAÇÕES DO MATADOURO E OUTROS LOCAIS APROPRIADOS E COM PREVIA LICENÇA DA MUNICIPALIDADE.
- ART. 112 - NÃO É PERMITIDO NAS ZONAS URBANAS E NOS TRECHOS URBANIZADOS DA ZONA SUB-URBANA A INSTALAÇÃO DE ESTRUMEIRAS, OU DEPÓSITO EM GRANDE QUANTIDADE DE ESTRUME ANIMAL NÃO BENEFCIADO.
- ART. 113 - A INFRAÇÃO DE QUALQUER DISPOSITIVO DOS ARTIGOS DESTA SEÇÃO SERÁ PUNIDA COM A MULTA DE R\$ 500,00 A R\$ 2.000,00.

### CAPÍTULO VIII

#### DOS EXPLOSIVOS, INFLAMÁVEIS E COROSIVOS

### SEÇÃO I

#### DA INDÚSTRIA

- ART. 114 - NENHUMA FÁBRICA DE SUBSTÂNCIA EXPLOSIVA, INFLAMÁVEIS OU COROSIVAS PODERÁ SE INSTALAR NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO.
- ART. 115 - AS FÁBRICAS DE FOGO DE ARTIFÍCIO NÃO PODERÃO SE ESTABELECER NO MUNICÍPIO, SEM PREVIA LICENÇA, QUE LEVARÁ EM CONTA AS MEDIDAS DE SEGURANÇA QUE O CASO EXIGIR.



ART. 116 - A INFRAÇÃO DE QUALQUER DOS ARTIGOS DESTA SEÇÃO SERÁ PUNIDA COM A MULTA DE R\$ 2.000,00 A R\$ 10.000,00.

### SEÇÃO II

#### DO COMÉRCIO

ART. 117 - FICAPROIBIDO A INSTALAÇÃO DE DEPÓSITOS DE INFLAMÁVEIS, EXPLOSIVOS E COROSIVOS NO PERIMENTRO URBANO DA CIDADE.

ART. 118 - NENHUM COMERCIANTE PODERÁ TER EM SEU ESTABELECIMENTO, GÊNEROS EXPLOSIVOS SEM QUE TENHA TIRADO LICENÇA ESPECIAL PARA COMERCIO DESTA SUBSTÂNCIA.

ART. 119 - A MUNICIPALIDADE, SEMPRE QUE JULGAR OPORTUNO, FISCALIZARÁ OU EXECUTARÁ O SERVIÇO DE DESCARGA DE INFLAMÁVEIS EXPLOSIVOS E COROSIVOS NOS LUGARES PERMITIDOS.

### SEÇÃO III

#### DO COMÉRCIO DE GAZOLINA E ÓLEO

ART. 120 - A VENDA DE GAZOLINA E ÓLEO A VAREJO SÓ É PERMITIDA:

- A) - NOS POSTOS DE SERVIÇO;
- B) - NAS GARAGENS QUE SATISFAÇAM AS EXIGÊNCIAS DESTES CAPÍTULOS;
- C) - EM BOMBAS, MAS EM CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE CAPÍTULO;
- D) - NAS CASAS COMERCIAIS DE ACORDO COM O TÍTULO DESTES CAPÍTULOS.

§ 1º - O FORNECIMENTO, SERÁ FEITO EM APARELHOS QUE SATISFAÇAM AS EXIGÊNCIAS DESTES CAPÍTULOS.

§ 2º - OS ÓLEOS, FINOS, CUJO ACONDICIONAMENTO ORIGINAL, NÃO PERMITAM SUA TRANSFERÊNCIA E TRANSLADAÇÃO, PARA OS APARELHOS DE FORNECIMENTO PODERÃO, SER VENDIDOS EM SEU PRÓPRIO ACONDICIONAMENTO.

ART. 121 - NÃO SERÁ PERMITIDA A INSTALAÇÃO DE BOMBAS NAS CALÇADAS LOCALIZADAS DENTRO DO PERÍMETRO URBANO.

ART. 122 - NA FORMA DO ESTABELECIDO NESTE CÓDIGO OS PROPRIETÁRIOS DE BOMBAS OU POSTOS DE SERVIÇO JÁ, EM FUNCIONAMENTO E QUE NÃO ESTEJAM EMQUADRADOS DENTRO, DESTES CAPÍTULOS, TEM O PRAZO DE CINCO ANOS DA PUBLICAÇÃO DESTES CÓDIGOS PARA REGULARIZAREM A SITUAÇÃO DAS MESMAS.

§ ÚNICO - O PRAZO, A QUE SE REFERE ESTE ARTIGO PODERÁ SER PROROGADO POR TEMPO RAZOÁVEL, TENDO-SE EM VISTA AS CONDIÇÕES PARTICULARES DE CADA CASO E A JUÍZO DA MUNICIPALIDADE.

ART. 123 - CONSIDERAM-SE "POSTOS DE SERVIÇOS" A EDIFICAÇÃO ESPECIALMENTE EM TERRENO DE DOMÍNIO PÚBLICO OU PROPRIEDADE PARTICULAR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE VEÍCULOS AUTO-MOTORES, E QUE, COM REQUISITOS DE ESTATICA, HIGIENE E DE SEGURANÇA REUNIDA NO MESMO LOCAL APARELHOS DESTINADOS A LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DESTES MESMOS VEÍCULOS BEM COMO DE SUPRIMENTO DE AR E ÁGUA.

ART. 124 - ENTENDE-SE POR GARAGEM O ESPAÇO COBERTO, FECHADO POR PAREDES DE ALVENARIA, QUE TENHA SOB SUA GUARDA, VEÍCULOS AUTO-MOTORES E MANTEHA OU NÃO SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS DA MESMA NATUREZA, BEM COMO OFICINA DE REPARAÇÃO E CONCERTO.

### SEÇÃO IV

#### DOS POSTOS DE SERVIÇO

ART. 125 - PARA OBTER LICENÇA NECESSÁRIA PARA A CONSTRUÇÃO DE POSTOS DE SERVIÇO DEVE O PRETENDENTE, COMPROVANDO A SUA IDONEIDADE, DIRIGIR REQUERIMENTO AO PREFEITO ACOMPANHADO DE PROJETO EM DUPLICATA DE LOCAL E CONSTRUÇÃO PROJETADA CONTENDO:

- A) - PLANTA DO TERRENO NA ESCALA DE: 1:100 COM AS CONDIÇÕES, TOPOGRÁFICAS E REVELANDO AS OBRAS QUE SE FIZERAM MISTER A DRENAGEM E AO ESGOTAMENTO DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS E PLUVIAIS;
- B) - PLANTA DE 1:100 COM DE TODOS OS PAVIMENTOS;
- C) - PROJEÇÕES GEOMÉTRICAS NA ESCALA DE 1:50 DA FACHADA PRINCIPAL;
- D) - CORTE LONGITUDINAL E TRANSVERSAIS, NA ESCALA DE 1:50;
- E) - PORMENORES QUE FOREM NECESSÁRIOS A SUA DEFINIÇÃO NA ESCALA DE 1:25;
- F) - PLANTAS, PROJEÇÕES E CORTES DE TODAS AS DEPENDÊNCIAS, NAS ESCALAS ACIMA REFERIDAS.



§ ÚNICO - ALÉM DAS ESCALAS OS PRJETOS DEVERÃO SER ASSINADOS POR ENGENHEIRO OU CONSTRUTOR, LEGALMENTE HABILITADO E DEVIDAMENTE COTADO, NÃO ULTRAPASSANDO A DIFERENÇA DAS DIMENSÕES PELAS ESCALAS E BELAS COTAS DE 10CM.

ART. 126 - SÃO REQUISITOS ESSENCIAIS, AOS POSTOS DE SERVIÇO ALÉM DOS REVISTOS NESTE CODIGO:

- A) - QUE, SE CONFORME COM OS PRECEITOS DE ESTÉTICA, HIGIENE E SEGURANÇA, E COM AS CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA CADA CASO PARTICULAR, ESTABELECIDAS PELA MUNICIPALIDADE;
- B) - QUE TENHAM AS EDIFICAÇÕES DE MATERIAL INCOMBUSTÍVEL, SALVO O MADEIRAMENTO DO TELHADO E DAS ESQUADRIAS;
- C) - QUE QUANDO TENHAM APARELHOS DESTINADOS À VENDA DE COMBUSTÍVEIS LIQUIDOS, POSSUAM RESERVATÓRIOS SUBTERRÂNEOS METÁLICOS E METRICAMENTE FECHADOS QUE APENAS COMUNIQUEM COM A TUBAGEM IMPRECIINDIVEL AO FORNECIMENTO DE APARELHOS, E CUJA CAPACIDADE MÁXIMA TOTAL SEJA DE 15.000 LITROS;
- D) - QUE SEJAM PROVIDOS DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS PARA AMBOS OS SEXOS;
- E) - QUE QUANDO SITUADOS DENTRO OU NO EXTREMO DA QUADRA TENHAM AS EDIFICAÇÕES REQUADAS TRÊS METROS DE ALINHAMENTO DA VIA OU DAS VIAS PÚBLICAS, E SEPARADAS DAS PROPRIEDADES LINDEIRAS, LATERAIS, AO FUNDO PELAS DISTÂNCIAS RESPECTIVAMENTE DE SETE E DOZE METROS, DEVENDO O TERRENO LIVRE SER CONVENIENTEMENTE AJARDINADO;
- F) - QUE OS APARELHOS DESTINADOS PROPRIAMENTE AO FORNECIMENTOS DOS PRODUTOS SEJAM PROVIDOS DE MEDIDORES QUE MONSTRAM EM LITRO PRECISAMENTE A QUANTIDADE VENDIDA NO ATO BEM COMO DE REGISTRADORES DESTAS QUANTIDADES SUJEITOS, A QUALQUER MOMENTO, A FISCALIZAÇÃO DA MUNICIPALIDADE.

ART. 127 - A MUNICIPALIDADE, A SEU JUÍZO, PODERÁ EM LOCAÇÃO A TERCEIROS, TERRENOS DE DOMÍNIO MUNICIPAL PARA NELES SEREM INSTALADOS POSTOS DE SERVIÇO. PELA LOCAÇÃO DO TERRENO OCORRERÁ PAGAR O CONTRATANTE A REMUNERAÇÃO QUE SE ESTIPULAR EM CONTRATO ACENTANDO-SE DA MESMA EM FUNÇÃO DAS DIMENSÕES, DA SITUAÇÃO DO IMÓVEL, E DE QUALQUER OUTROS ELEMENTOS QUE FOREM AJUSTADOS COM O CONTRATANTE.

§ ÚNICO - A LICENÇA PARA CONSTRUÇÃO E FUNCIONAMENTO DE POSTOS DE SERVIÇO EM TERRENO DE DOMÍNIO DA MUNICIPALIDADE TERÁ OBJETO DE CONTRATO, QUE AS PARTES INTERESSADAS ASSINARAM E EM QUE SE FIXAREM OS RECÍPROCOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES.

ART. 128 - SEMPRE QUE OS POSTOS DE SERVIÇO SATISFAÇAM AS EXIGÊNCIAS DESTE CAPÍTULO NÃO SERÁ PERMITIDA A INSTALAÇÃO DE OUTRO POSTO NUM RÁDIO OU DISTÂNCIA MENOR DE 1.000 METROS ENTRE UM POSTO E OUTRO, INCLUSIVE QUANDO SE TRATAR DE CONCESSÃO DA MUNICIPALIDADE, PARA INSTALAÇÃO EM TERRENO PÚBLICO DE SEU DOMÍNIO.

ART. 129 - QUANDO SE TRATAR DE POSTO DE SERVIÇO INSTALADO EM TERRENO DO MUNICÍPIO APÓS EXPIRADO O PRAZO CONTRATUAL INDEPENDENTEMENTE DE QUALQUER INDENIZAÇÃO E LIVRE DE TODO O ÔNUS, REVERTERÁ AO PATRIMÔNIO MUNICIPAL AS EDIFICAÇÕES E MAIS BENFEITÓRIAS FEITAS NO IMÓVEL.

ART. 130 - POR CONTA DO CONTRATANTE CORRERÃO AS DESPESAS DE ILUMINAÇÃO, SERVIÇO SANITÁRIO E CONVENIENTE CONSERVAÇÃO LOCAL A JUÍZO DA MUNICIPALIDADE.

ART. 131 - POR QUALQUER IRREGULARIDADE OU FALHA QUE SEJA CONSTATADA NO FUNCIONAMENTO DOS APARELHOS EM QUE RESULTE OU POSSA RESULTAR PREJUÍZO OU ÔNUS PARA O MUNICÍPIO, SERÁ IMPOSTO AO CONTRATANTE DE 1.000,00 A 10.000,00 UMA MULTA A JUÍZO DA MUNICIPALIDADE, QUE EM CASO DE REINCIDÊNCIA SERÁ ELEVADO EM DOBRO.

ART. 132 - NOS POSTOS DE SERVIÇO DEVERÁ SER MANTIDA, DURANTE A NOITE A ILUMINAÇÃO HABITUAL QUE PODERÁ ENTRETANTO, APÓS AS 24 HORAS SER DIMINUIDA.

ART. 133 - OS POSTOS DE SERVIÇO QUANDO SITUADOS DENTRO OU NO EXTREMO DAS QUADRAS DEVERÃO SER SEPARADOS DA VIA OU DAS VIAS PÚBLICAS, POR MUROS ARTÍSTICOS E DAS PROPRIEDADES LINDEIRAS, NÃO EDIFICADAS POR MURO SIMPLES, COM A ALTURA DE, NO MÍNIMO 1,80 METRO.



- ART. 134 - NOS POSTOS DE SERVIÇO BEM COMO NOS MUROS, A QUE SE REFERE O ARTIGO PRECEDENTE, SO SERAO PERMITIDOS ANUNCIOS MEDIANTE LICENÇA DA MUNICIPALIDADE.
- ART. 135 - NENHUM POSTO DE SERVIÇO, SALVO DETERMINAÇÃO EM CONTRÁRIO DA MUNICIPALIDADE PODERAO DEIXAR DE POSSUIR OS SEGUINTE APARELHOS:
- A) - BALANÇA DA AR E AGUA;
  - B) - ELEVADOR DE AÇO, HIDRAULICO, OU VÁLVULA DE LUBRIFICAÇÃO;
  - C) - COMPRESSOR DE AR;
  - D) - RAMPAS DE LAVAGEM OU ELEVADOR.
- ART. 136 - NO CASO PREVISTO PELA LETRA "E" DO ARTIGO 125 TODOS OS REQUERIMENTOS PARA EDIFICAÇÃO DE POSTOS DE SERVIÇO DEVEM SER ENVIADAS A REPARTIÇÃO COMPETENTE DO MUNICIPIO QUE IMITIRA PARECER SOBRE A ESTETICA DO AJARDINAMENTO PROJETADO.
- ART. 137 - OS FUNCIONARIOS DE POSTOS DE SERVIÇO DEVEM NA HORA DE SERVIÇO MANTER-SE CONVENIENTEMENTE ONIFORMIZADOS.
- ART. 138 - AS EDIFICAÇÕES E APARELHOS DE POSTOS DE SERVIÇOS DEVERÃO SER MANTIDOS EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, E FUNCIONAMENTO, E SEMPRE QUE NECESSARIO SERAO SEUS RESPONSÁVEIS INTIMADOS POR ESCRITO, PELA MUNICIPALIDADE A EXECUTAR OS REPAROS QUE SE FIZEREM NECESSARIOS.
- § ÚNICO - POR DIA QUE EXCEDER DO PRAZO FIXADO NA INTIMAÇÃO, SERA COMINADA A MULTA DE R\$ 500,00.
- ART. 139 - DEVE OS VEICULOS OPERAR NOS POSTOS DE SERVIÇO, DENTRO DAS RESPECTIVAS EDIFICAÇÕES OU DA AREA CONFINADA AO POSTO.
- ART. 140 - OS TANQUES PARA DEPOSITO DE GAZOLINA OU SEUS SUCEDÂNEOS, NÃO PODERAO TER CADA UM CAPACIDADE SUPERIOR A 15.000 LITROS.
- ART. 141 - QUANDO HOUVER JUSTIFICADA A CONVENIENCIA PUBLICA PODERÁ A MUNICIPALIDADE, AVISANDO, SENTO E VINTE DIAS ANTES E INDEPENDENTEMENTE DE INTERPELAÇÃO JUDICIAL DETERMINAR A MUDANÇA DE QUALQUER POSTO DE SERVIÇO INSTALADO EM TERRENO DE SEU DOMINIO, INDENIZANDO SO PRJUIZOS CAUSADOS PELA SEGUINTE FORMA:
- DECORRIDO UM QUARTO (1/4) DO PRAZO DO CONTRATO: 2/3 DO CUSTO DA OBRA;
  - DECORRIDO 1/2 DO PRAZO DO CONTRATO: 1/2 DO CUSTO DA OBRA;
  - DECORRIDO 3/4 DO PRAZO DO PRAZO DO CONTRATO: 1/3 DO CUSTO DA OBRA.
- ART. 142 - A INFRAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DESTA SECÇÃO, QUANDO NÃO ESTEJA PREVISTA NESTE CAPITULO, SERA PUNIDA COM A MULTA DE R\$ 500,00 A R\$ 10.000,00.

## SECÇÃO V

### DAS GARAGENS

- ART. 143 - AS GARAGENS PODERÃO MANTER APARELHOS APROVADOS PELA MUNICIPALIDADE MAS EXCLUSIVAMENTE PARA SUPRIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AOS VEICULOS SOB SUA GUARDA OU QUE VENHA SOFRER REPAROS EM SUAS OFICINAS.
- ART. 144 - PARA OBTER A LICENÇA NECESSÁRIA À INSTALAÇÃO DAS GARAGENS, E APARELHOS DE TIPO PERMITIDO DEVERAO OS INTERESSADOS REQUERER AO PREFEITO INSTRINDO A PETIÇÃO COM PROJETO EM DUPLICATA QUE DEVERA CONTER:
- A) - PLANTA DO TERRENO NA ESCALA DE: 1:100 COM AS INDICAÇÕES TOPOGRAFICAS E REVELANDO AS OBRAS QUE SE FIZEREM NECESSARIAS A DRENAGEM E AO ESGOTAMENTO DAS AGUAS SUBTERRANEAS OU PLUVIAIS;
  - B) - PLANTA BAIXA NA ESCALA DE 1:100;
  - C) - PROJEÇÕES GEOMETRICAS NA ESCALA DE 1:50 DA FACHA PRINCIPAL;
  - D) - PLANTA DA LOCALIZAÇÃO, NA ESCALA DE 1:100, MONSTANDO A POSIÇÃO DA GARAGEM EM RELAÇÃO A VIA PUBLICA E AS PROPRIEDADES LIMI-DEIRAS;
  - E) - CORTE LONGITUDINAL NA ESCALA DE: 1:50.
- ART. 145 - AS GARAGENS DEVERAO SATISFAZER OS SEGUINTE REQUISITOS ESSENCIAIS:
- A) - ESTAREM DE ACORDO COM OS PRECEITOS DA ESTETICA, HIGIENE E SEGURANÇA PRESCRITOS NESTE CODIGO;
  - B) - TERREIM PAREDES EXTERIAS E DIVISORIAS DE ALVENARIA, OU PISO IMPERMEABILIZADO E A COBERTURA DE MATERIAL INCOMBUSTIVEL,



SALVO O MADRIMAMENTO DO TELHADO E DAS ESQUADRIAS;

c) -- OS APARELHOS DEVERÃO SATISFAZER OS REQUISITOS DA LETRA "B" DO ART. 125.

ART. 146 - OS APARELHOS SERÃO INSTALADOS NO INTERIOR DO EDIFÍCIO DE ACÓRDO COM O QUE SEGUE:

A) - AS COLUNAS FICARÃO AFASTADAS 6 (SEIS) METROS, NO MÍNIMO, DO ALINHAMENTO DA VIA PÚBLICA E SEPARADAS DO ALINHAMENTO DAS PROPRIEDADES LINDEIRAS, LATERAIS E AO FUNDO, RESPECTIVAMENTE PELA DISTÂNCIA DE 7 E 12 METROS;

B) - AS COLUNAS PODERÃO FICAR AFASTADAS 2 METROS NO MÍNIMO DAS PAREDES EXTERNAS, E DAS DE QUALQUER OFICINAS EXISTENTES, DESDE QUE SATISFIZAM O QUE DISPÕE A LETRA "A" DESTES ARTIGOS;

C) - OS TANQUES DE COMBUSTÍVEIS PORVENTURA EXISTENTES, FICARÃO A NÃO MENOS DE 4 METROS DAS PAREDES EXTERNAS.

ART. 147 - AS GARAGENS PODERÃO TER UM TANQUE PARA DEPOSITO DE GAZOLINA.

§ 1º - NAS GARAGENS EXISTENTES OS TANQUES NÃO PODERÃO TER MAIS DE 2.000 LITROS.

§ 2º - NAS GARAGENS QUE SE ESTABELECEM O TANQUE NÃO PODERÃO TER CAPACIDADE SUPERIOR DE 2.000 LITROS.

§ 3º - EM CADA TANQUE PODERÁ SER COLOCADA UMA BOMBA.

ART. 148 - QUANDO AS GARAGENS FICAREM REQUADADAS, DEVE O TERRENO SER SEPARADO POR MUROS ARTÍSTICOS, DA VIA OU VIAS PÚBLICAS BEM COMO DAS PROPRIEDADES LINDEIRAS, COM MUROS SIMPLES, COM ALTURA NÃO INFERIOR A 1,80 METROS.

ART. 149 - O TERRENO LIVRE, VISTO DA RUA DEVERÁ SER CONVENIENTEMENTE AJARDINADO.

ART. 150 - AS GARAGENS QUE NÃO SATISFAZAM AS CONDIÇÕES DESTES CÓDIGOS NÃO PODERÃO TER APARELHOS NEM DEPOSITOS PARA VENDA DE GAZOLINA E OLEO.

ART. 151 - POR QUALQUER IRREGULARIDADE OU FALHA QUE SEJA CONSTATADA NO FUNCIONAMENTO DOS APARELHOS E DE QUE RESULTE OU QUE POSSAM RESULTAR PREJUÍZO OU DANO PARA O PÚBLICO, SERÁ IMPOSTO AO PROPRIETÁRIO OU RESPONSÁVEL A MULTA DE R\$ 1.000,00 A R\$ 10.000,00 ELEVADA EM DOBRO NOS CASOS DE REINCIDÊNCIA.

ART. 152 - PELA INFRAÇÃO DE QUALQUER DOS DISPOSITIVOS REFERENTE A GARAGENS SERÁ IMPOSTA AO INERATOR A MULTA PREVISTA NO ARTIGO ANTERIOR, PODENDO A MUNICIPALIDADE, CASSAR A LICENÇA DE SEU FUNCIONAMENTO, TEMPORARIAMENTE OU DEFINITIVO, CONFORME O CASO.

## SEÇÃO VI

### DAS BOMBAS

ART. 153 - NAS ZONAS SUB-URBANAS E RURAL NÃO HAVENDO POSTOS DE SERVIÇO EM NÚMERO SUFICIENTE, A MUNICIPALIDADE PERMITIRÁ A COLOCAÇÃO A TÍTULO PRECÁRIO, PARA FORNECIMENTO DE GAZOLINA OU OLEO.

ART. 154 - PARA INSTALAÇÃO DE BOMBAS NAS CONDIÇÕES PREVISTAS NESTA LEI, DEVE OS INTERESSADOS JUNTAR A PLANTA DUAS VIAS, COM REFERÊNCIAS EXPLICATIVAS, QUER QUANTO AO LOCAL EXATO, EM QUE A BOMBA DEVERÁ SER INSTALADA, QUER QUANTO A SUA RELAÇÃO, DIGO POSIÇÃO EM RELAÇÃO AS CONSTRUÇÕES MAIS PRÓXIMAS NO ALINHAMENTO DAS VIAS PÚBLICAS.

ART. 155 - AS BOMBAS NÃO PODERÃO FICAR A MENOS DE TRÊS (3) METROS DE QUALQUER EDIFÍCIO E OS TANQUES A MENOS DE 4 METROS.

ART. 156 - COMO LOCAÇÃO DO LOGRADOURO PÚBLICO OU DO TERRENO DO DOMÍNIO MUNICIPAL OCUPADO PELO APARELHO, SERÁ COBRADO ALUGUEL QUE SE CONVENÇIONAR NO CONTRATO.

ART. 157 - OS INTERESSADOS TERÃO DE ASSINAR CONTRATO DEPOSITANDO A IMPORTÂNCIA DE 2.000,00, NA OCASIÃO DE SUA ASSINATURA COMO CAUÇÃO DE SEU FIEL CUMPRIMENTO.

ART. 158 - PARA INSTALAÇÃO DE BOMBAS O PRAZO SERÁ DE SEIS MESES DO DIA DO CONTRATO, FINDO O QUAL FICARÁ SEM EFEITO A LICENÇA.

ART. 159 - A CONCESSÃO PARA A INSTALAÇÃO DE BOMBAS SERÁ A TÍTULO PRECÁRIO.

ART. 160 - AS PROPRIEDADES PARTICULARES, INDUSTRIAIS, FÁBRIS E EMPRESAS DE TRANSPORTE, ETC, QUANDO OS RESPECTIVOS PROPRIETÁRIOS QUIZEREM INSTALAR APARELHOS DE TIPOS PERMITIDOS, PELA LEI PARA SUPRIMENTO DE GAZOLINA E OLEO A SEUS VEÍCULOS E MÁQUINAS, DEVERÃO REQUERER AO



PREFEITO A LICENÇA NECESSÁRIA, JUNTANDO PLANTA DO TERRENO, NA ESCALA DE 1:100, COM AS INDICAÇÕES TOPOGRÁFICAS.

§ ÚNICO - SO SERA PERMITIDA A PERMISSÃO DE BOMBAS DE GAZOLINA NAS GARAGENS DE EMPRESAS DE TRANSPORTES QUANDO TENHAM, NO MINIMO, TRÊS VEÍCULOS AUTO-MOTORES PARA TRANSPORTE COLETIVO, DEVIDAMENTE REGISTRADOS NA PREFEITURA E NOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS E FABRIS PARA MÁQUINA QUE FUNCIONE COM ESTE COMBUSTIVEL OU UTILIZEM GAZOLINA PARA SUA INDUSTRIA, CUJO CONSUMO DIÁRIO SEJA EQUIVALENTE AO DE TRÊS VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA.

ART. 161 - OS APARELHOS SERÃO INSTALADOS DE ACÓRDO COM O QUE SE SEGUE:

- A) - AS BOMBAS FICARÃO AFASTADAS NO MINIMO, DEZ METROS DO ALINHAMENTO DAS VIAS PÚBLICAS E SEPARADAS DAS PROPRIEDADES LINDEIRAS E AO FUNDO RESPECTIVAMENTE PELAS DISTÂNCIAS DE SETE A DOZE METROS;
- B) - AS BOMBAS FICARÃO AFASTADAS DAS PAREDES DE ALVENARIA DE QUALQUER CONSTRUÇÃO NAS PROPRIEDADES, DOIS METROS NO MINIMO E DAS CONSTRUÇÕES DE MADEIRA, O AFASTAMENTO TERÁ PELO MENOS SETE METROS.
- C) - OS TANQUES FICARÃO AFASTADOS 4 METROS NO MINIMO DAS PAREDES DE QUALQUER CONSTRUÇÃO NA MESMA PROPRIEDADE.

ART. 162 - NÃO PODERÁ HAVER MAIS UM TANQUE CUJA CAPACIDADE MÁXIMA TOTAL ULTRAPASSE 2.000 LITROS.

§ 1º - A CADA TANQUE SO PODERÁ SER LIGADA UMA BOMBA.

§ 2º - DA MESMA FORMA PODERÃO SER AMONTADOS OS TANQUES ATUALMENTE EXISTENTES NOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS MAS NÃO PODERÃO ARMAZENAR MAIS DE 2.000 LITROS FICANDO OBRIGADO A LIMITAÇÃO DA CAPACIDADE DOS TANQUES NOVOS QUE LIGAREM.

ART. 163 - OS PROPRIETÁRIOS QUE, DE ACÓRDO COM OS ESTABELECIMENTOS DESTES ~~ARTIGOS~~ <sup>CAPITULO</sup>, TIVEREM BOMBA DE GAZOLINA SERÁ IMPOSTA A MULTA DE R\$ 1.000,00 SE ABASTECEREM VEÍCULOS ESTRANHOS A SEU SERVIÇO.

§ ÚNICO - A MULTA SERÁ IMPOSTA AO DOBRO NO CASO DE REINCIDÊNCIA DEPOIS DE QUE A MUNICIPALIDADE DETERMINAR A RETIRADA DO APARELHO SEM DIREITO EM QUALQUER INDENIZAÇÃO.

### SEÇÃO VII

#### DA VENDA DE INFLAMÁVEIS NO COMÉRCIO

ART. 164 - OS COMERCIANTES, QUE DE ACÓRDO COM A LEI, DESEJAREM NEGOCIAR OU JÁ NEGOCIAM COM INFLAMÁVEIS, DEVERÃO REQUERER A MUNICIPALIDADE A COMPETENTE LICENÇA.

ART. 165 - É CONDIÇÃO ESPECIAL PARA QUE SEJA EXPEDIDA A LICENÇA DE QUE TRATA O ARTIGO ANTERIOR, QUE POSSUAM AS RESPECTIVAS CASAS, PARA OS INFLAMÁVEIS, UM DEPOSITO ESPECIAL, FECHADO DE ALVENARIA, DISTANTE NO MINIMO DE SETE METROS DE QUALQUER EDIFICAÇÃO DE PROPRIEDADES LINDEIRAS E DAS VIAS PÚBLICAS.

§ 1º - A QUANTIDADE DE COMBUSTÍVEIS QUE PODERÃO TER EM DEPÓSITO SERÁ NO MÁXIMO DE 500 LITROS DE GAZOLINA, DE 1.000 LITROS DE QUEROSENE, OU EQUIVALENTES DE OUTROS INFLAMÁVEIS, MESMO EM TAMBORES.

§ 2º - AS CASAS QUE PELAS DIMENSÕES DE TERRENOS, NÃO COMPORTAREM O DEPOSITO ESPECIAL DE QUE TRATA ESTE ARTIGO, FICARÃO DISPENSADOS DOS MESMOS MAS, NESTE CARGO, A QUANTIA QUE PODERÃO ARMAZENAR FICARÁ LIMITADA EM 200 LITROS DE QUEROSENE.

§ 3º - AS FABRICAS DE TINTA, ARTEFACTOS DE BORRACHA E OUTROS QUE EMPREGUEM NA PREPARAÇÃO DOS PRODUTOS, GAZOLINA, ALCOOL, AGUARAZ, E OUTROS INFLAMÁVEIS, DEVERÃO OBTER DA MUNICIPALIDADE LICENÇA ESPECIAL EM QUE SE MENCIONARÃO NAS QUANTIDADES FORNECIDAS, DIGO PERMITIDAS AS QUAIS SERÃO FICADAS PARA CADA CASO, TENDO EM VISTA AS NECESSIDADES DA INDÚSTRIA, LOCALIZAÇÃO, INSTALAÇÕES QUE POSSUA ETC.

§ 4º - QUANTO AO ABASTECIMENTO DOS INFLAMÁVEIS AOS SERVIÇOS PÚBLICOS FEDERAIS, ESTADUAIS, MUNICIPAIS, SE PROCEDERÁ DE ACÓRDO COM QUE FOR CONVENCIONADO.

ART. 166 - O TRANSPORTADOR DE GAZOLINA DESPEJADA, SEJA EM CAIXAS, LATAS E TONELAS FICA RESPONSÁVEL POR TODOS E QUALQUER DANOS CAUSADOS POR CAUSA DE ACIDENTES MOTIVADOS PELO TRANSPORTE DA GAZOLINA.



- ART. 167 - É VEDADA A INSTALAÇÃO DE APARELHOS PARA FORNECIMENTO DE GAZOLINA NAS RESIDÊNCIAS PARTICULARES,
- ART. 168 - O COMBUSTÍVEL DESTINADO A INDÚSTRIA É FORNECIDO EM CAIXAS OU TAMBÓRES, INDEPENDENDO O ARMAZENAMENTO DE DEPOSITO CONSTRUÍDO.
- ART. 169 - PARA EXATA FISCALIZAÇÃO, DE ACORDO COM ESTA LEI, AQUELES QUE TIVEREM LICENÇA PARA USO OU VENDA DE INFLAMÁVEIS FICAM OBRIGADOS A PERMITIR A ENTRADA DE FISCÁIS NA MUNICIPALIDADE.
- ART. 170 - NA MUNICIPALIDADE SERÁ ORGANIZADO UM CADASTRO DE TÓDAS AS FIRMAS COMERCIAIS E PESSOAS HABILITADAS PARA NEGOCIAREM COMBUSTÍVEIS.
- ART. 171 - O CADASTRO SERÁ FEITO MEDIANTE COMUNICAÇÃO DA REPARTIÇÃO COMPETENTE OU MEDIANTE REQUERIMENTO DIRIGIDO AO PREFEITO, QUANDO SE TRATAR DE CASAS SIMPLES, QUE INDEPENDEM DE CONSTRUÇÃO DE DEPOSITO.

### SECCÃO VIII

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

- ART. 172 - EM NENHUMA EDIFICAÇÃO É PERMITIDO INSTALAR TANQUES DE GAZOLINA OU CONSERVAR ESTE COMBUSTÍVEL EM DEPOSITOS, QUALQUER QUE SEJA O ACONDICIONAMENTO, DESDE QUE OS ANDARES SUPERIORES SE DESTINAM A RESIDÊNCIAS PARTICULARES, SALVO QUANDO FOREM SEPARADOS POR PISOS DE CIMENTO ARMADO.
- ART. 173 - NENHUMA PROPRIEDADE PROVIDA DE TANQUE EM PLENO FUNCIONAMENTO PODERÁ TER OUTRO DEPOSITO DE INFLAMÁVEIS OU EXPLOSIVOS.
- ART. 174 - O ABASTECIMENTO DE POSTOS DE SERVIÇO, GARAGENS E BOMBAS INSTALADAS NAS RUAS, SERÁ FEITO POR MEIO DE CARRO TANQUE, DE TIPO APROVADO, OU COM TONEIS DESPEJADOS SEM CONTATO DO AR EXTERIOR.
- § ÚNICO - O HORARIO DE ABASTECIMENTO OBEDECERÁ AOS PERÍODOS DE MENOR MOVIMENTO.
- ART. 175 - PELA INFRAÇÃO DE QUALQUER DISPOSITIVO DO PRESENTE CÓDIGO, PARA AQUELES QUE USEM OU NEGOCIEM COM INFLAMÁVEIS, QUANDO NÃO ESTEJA PREVISTA A PENA ESPECIAL, SERÁ IMPOSTA A MULTA DE R\$ 1.000,00, ELEVADA EM DOBRO NA REINCIDÊNCIA.

### CAPÍTULO IX

#### DOS VEÍCULOS

#### SECCÃO I

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

- ART. 176 - NENHUM VEÍCULO PODERÁ TRAFEGAR NO MUNICÍPIO, SEM PRÉVIA LICENÇA DA MUNICIPALIDADE.
- ART. 177 - NÃO ESTÃO SUJEITOS À DISPOSIÇÃO DO ARTIGO ANTERIOR OS VEÍCULOS QUE TRAFEGAREM NO MUNICÍPIO EM CARÁTER TRANSITÓRIO.
- ART. 178 - O IMPOSTO DE LICENÇA SERÁ LANÇADO MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO QUE COMPROVE A PROPRIEDADE DO VEÍCULO.
- ART. 179 - A TRANSFERÊNCIA DE QUALQUER VEÍCULO PARA NOVO PROPRIETÁRIO DEVE SER COMUNICADA A MUNICIPALIDADE ENTRO DO PRAZO DE 72 (SETENTA E DUAS) HORAS.
- ART. 180 - NOS CASOS DE VENDA OU TRANSFERÊNCIA DE VEÍCULOS O ADQUIRENTE É OBRIGADO A EXIGIR DO VENDEDOR A APRESENTAÇÃO DA CERTIDÃO NEGATIVA DA MUNICIPALIDADE EM RELAÇÃO DO VEÍCULO ADQUIRIDO.
- ART. 181 - O NÃO CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTA SECCÃO, OBRIGARÁ O INFRATOR A MULTA DE R\$ 500,00 A R\$ 1.000,00.

#### SECCÃO II

#### DOS VEÍCULOS DE TRANSPORTE COLETIVO

- ART. 182 - O ESTABELECIMENTO DOS VEÍCULOS QUE ATENDEM OS SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO NAS VIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DEPENDERÁ DA AUTORIZAÇÃO DA MUNICIPALIDADE E FICARÁ SOB SUA FISCALIZAÇÃO.
- ART. 183 - OS VEÍCULOS DESTINADOS AO TRANSPORTE COLETIVO DEVERÃO SER MANTIDOS EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E LIMPEZA.
- ART. 184 - EM VEÍCULOS DE TRANSPORTE COLETIVO, É EXPRESSAMENTE PROIBIDO CARRIAR GAZOLINA, QUEROSENE OU QUALQUER INFLAMÁVEL, SOB PENA DE MULTA E APREENSÃO.